



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CAMILLY VITÓRIA ARAÚJO DOS SANTOS

**POLÍTICAS INCLUSIVAS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO:
DESAFIOS E POSSIBILIDADE EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO NO NORDESTE PARAENSE**

BRAGANÇA – PA

2025

CAMILLY VITÓRIA ARAÚJO DOS SANTOS

**POLÍTICAS INCLUSIVAS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO:
DESAFIOS E POSSIBILIDADE EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO NO NORDESTE PARAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para a obtenção do Diploma de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz

**BRAGANÇA – PA
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema
de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva, Bragança, PA / UFPA**

S237p Santos, Camilly Vitória Araújo dos.
Políticas inclusivas na interface com a educação do campo: desafios e
possibilidade em uma escola de ensino fundamental e médio no nordeste
paraense / Camilly Vitória Araújo dos Santos. – 2025.
43 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Cristiane Bremenkamp Cruz.

Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de
Educação, Bragança, 2025.

1. Educação inclusiva. 2. Educação do campo. 3. Anticapacitismo. 4.
Nordeste paraense. I. Título.

CDD 23. ed. – 371.952098115

Elaborado por Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves - CRB-2/1167

CAMILLY VITÓRIA ARAÚJO DOS SANTOS

**POLÍTICAS INCLUSIVAS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO:
DESAFIOS E POSSIBILIDADE EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO NO NORDESTE PARAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada Plena em Pedagogia.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Cristiane Bremenkamp Cruz - Orientador (a)
(FACED , UFPA - Bragança)

Profª. Dra. Joana d'Arc de Vasconcelos - Examinador (a)
(FACED , UFPA - Bragança)

Profª. Dra Fernanda Teixeira de Barros Neta - Examinador (a)
(UNIFAP - Amapá)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida, aos Orixás que regem meu caminho e aos guias espirituais que sempre estiveram presentes fortalecendo meu ori e meu corpo, concedendo-me força em momentos de fraqueza. Agradeço pela oportunidade de viver e experimentar as coisas boas que o mundo me proporciona, de conhecer pessoas, de ouvir e aprender com elas.

À minha mãe, Maria de Nazaré que - com muito sacrifício e amor - me criou sozinha, uma mãe solo que, no sol de cada dia, me fez chegar até aqui, na sombra, com as dificuldades e alegrias que enfrentamos juntas, compartilho a felicidade de ser a primeira da minha família a ter ensino superior e viver a universidade.

Aos meus professores que me incentivaram a sempre buscar conhecimento, a minha madrinha Célia, o meu espelho como docente para seguir o caminho da educação, e a minha tia de coração Juraci que me criou como filha e me deu todo o apoio que precisava para nunca desistir, apesar das adversidades da vida.

À minha orientadora, Cristiane Bremenkamp Cruz que me guiou na pesquisa acadêmica como pesquisadora até aqui e que nunca, em nenhum minuto sequer, duvidou da minha capacidade, me impulsionou e acreditou em mim, meus mais sinceros agradecimentos.

Dedico esse trabalho *In memoriam* aos meus avós Benedita Raimunda Araújo dos Santos e João Ramos dos Santos, sábios da escola da vida, analfabetos cujo legado, sabedoria e amor incondicional conduziram e incentivaram minha educação.

"As melhores e mais lindas coisas do mundo
não se podem ver nem tocar. Elas devem ser
sentidas com o coração" (Helen Keller).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a implementação das Políticas Públicas de Educação Especial no âmbito da Educação Inclusiva e analisar a sua interface com/na Educação do Campo em uma escola pública estadual do campo, no contexto amazônico do nordeste paraense. Objetivou-se conhecer a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino em Bragança- PA, destacando-se as mudanças ocorridas nos últimos anos na escola, bem como discutimos algumas pistas para a inclusão de estudantes do Ensino Fundamental com deficiência a partir do diálogo com autores que vem tendo essa preocupação desde uma perspectiva anticapacitista. A pesquisa foi realizada através de análise documental das matrículas; entrevistas semiestruturadas com estagiárias do apoio escolar atuantes com os estudantes público-alvo da Educação Especial e questionário de caracterização dos sujeitos participantes do estudo, atentando-se para as especificidades e leis que tratam da inclusão nos espaços educativos as quais têm contribuído para que uma atenção anticapacitista seja oferecida a estudantes com deficiência nas escolas do campo. Como resultado, destacamos que as entrevistas das estudantes que estagiam no Apoio Escolar evidenciaram a ausência de formação específica para atuar com os estudantes com deficiência, a sobrecarga de responsabilidades atribuídas a estas estudantes, a precariedade da estrutura física da escola que compromete a locomoção de estudantes cadeirantes e também não possui sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por fim, apresentamos a importância da luta pelos direitos humanos e políticas públicas das pessoas com deficiência em ocuparem espaços e carteiras escolares das escolas de suas comunidades no meio rural.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva, Educação do Campo, Anticapacitismo.

ABSTRACT

This research aimed to characterize the implementation of Special Education Public Policies in the context of Inclusive Education and analyze their interface with/in Rural Education in a rural public school in the Amazon region of northeastern Pará. The objective was to understand the reality of the Patalino State Elementary and Secondary School in Bragança, PA, highlighting the changes that have occurred in recent years at the school, as well as discussing some clues for the inclusion of elementary school students with disabilities based on dialogue with authors who have been concerned with this issue from an anti-ableist perspective. The research was conducted through documentary analysis of enrollments; semi-structured interviews with school support interns working with students targeted by Special Education, and a questionnaire to characterize the study participants, paying attention to the specificities and laws that deal with inclusion in educational spaces, which have contributed to anti-ableist attention being offered to students with disabilities in rural schools. As a result, we highlight that interviews with students interning in School Support revealed a lack of specific training to work with students with disabilities, an overload of responsibilities assigned to these students, the precarious physical structure of the school, which compromises the mobility of wheelchair users, and the lack of a Specialized Educational Assistance (AEE) room. Finally, we present the importance of the struggle for human rights and public policies for people with disabilities to occupy spaces and school desks in schools in their rural communities.

Keywords: Inclusive Education, Rural Education, Anti-ableism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do documentário no YouTube	20
Figura 2: Reglete e Punção	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estudantes com Deficiência matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino.	30
Tabela 2: Estagiárias do Apoio Escolar	30
Tabela 3: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino.	31
Tabela 4: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino.	32
Tabela 5: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino.	33
Tabela 6: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino.	34
Tabela 7: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino.	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. UMA TRAJETÓRIA COMO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	15
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPO	23
4. PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A INTERSECCIONALIDADE	24
5. METODOLOGIA	28
6. RESULTADOS E ANÁLISES	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
9. APÊNDICE	40
10. ANEXOS	41

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é a educação formal oferecida à população do campo. De acordo com Caldart (2004), “a Educação do Campo pode ser compreendida como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos” (Caldart, 2004, p. 69). Muitas pesquisas demonstraram que os estudantes da Educação do Campo, de modo geral, e os deficientes, em particular, sofrem discriminação e exclusão social. Os estudantes com deficiência que residem e estudam no campo sofrem duplamente: pelo seu local de pertencimento e por sua condição como pessoa deficiente. Isso gera muitos impactos como baixa autoestima e evasão escolar.

É necessária a introdução de uma educação inclusiva efetiva para que aconteçam práticas pedagógicas que impulsionem a permanência desses estudantes nas escolas do campo. Para Miranda (2014, p.29), a educação especial na perspectiva da educação inclusiva parte da “preocupação em incluir o aluno com deficiência¹ no âmbito escolar, oferecendo recursos pedagógicos que atendam às suas necessidades, acessibilidade na parte física, além do acesso ao currículo”, que antes priorizava somente os alunos sem deficiência.

A reflexão para abordar essa temática parte do pressuposto de que a Educação do Campo deve ser repensada no processo de integração de estudantes com deficiência em escolas do campo, permitindo que eles tenham acesso e condições adequadas para garantir o direito à educação de qualidade. Estabelece as Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Quando as crianças e adolescentes não usufruem desse direito, estão sendo negligenciados de poder ocupar esse espaço (que é de todos, sem distinção de qualquer natureza) ou pela família ou pela equipe pedagógica. A família é também responsável pela integração e inclusão das crianças/pessoas com deficiência na escola, uma vez que os pais ou responsáveis são obrigados a matricular seus filhos nas escolas, como respalda a LDB (9394/96) em seu Art. 6º. “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental (Brasil, 1996).” E também o ECA/90, artigo 53, que afirma que

¹ De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva os estudantes atendidos pela políticas de educação especial, o público alvo dessa política de educação especial são alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento e outros diagnósticos específicos.

Art.53. a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (Brasil, 1990).

As escolas não podem recusar a matrícula desses alunos, pois essa prática é considerada crime pela Lei n. 7. 853/89, a qual estabelece que nenhuma escola pública ou privada pode recusar, suspender, atrapalhar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a matrícula de estudante com deficiência por motivos derivados da deficiência do estudante, punindo quem viola essa regra com pena de reclusão de um a quatro anos. Além disso, a Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) pune o gestor com multa de 3 a 20 salários mínimos, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) assegura o direito à educação inclusiva e livre de discriminação

Por motivos pessoais, e por ser uma mulher com deficiência, na academia, passei a me identificar com componentes curriculares que envolvessem e tivessem relação com a educação especial, conheci, por meio de leituras, o termo “anticapacitismo” que é a luta contra a postura preconceituosa que hierarquiza pessoas de acordo com seus corpos, o capacitismo, e leva a potencializar o pensamento de que pessoas com deficiência não são capazes de trabalhar, estudar, ter uma família e cuidar. “O capacitismo é uma categoria que também molda a forma como as pessoas com deficiência são tratadas como incapazes de trabalhar, de amar, de desejar e de ser desejadas” (Mello, 2014 p. 129).

O capacitismo, de maneira sucinta, é um conceito complexo e que marca socialmente determinados corpos como mais capazes do que outros. Assim como o racismo, conceito já mais difundido que diz respeito ao preconceito e marginalização dos corpos negros, o capacitismo produz a marginalização dos corpos com deficiência, corpos que não estão inseridos no que se concebe enquanto corponormatividade (Alves, Andrade, 2022, p. 6).

Como uma pessoa com deficiência, que teve que enfrentar inúmeros episódios capacitistas durante a vida, encontrei leituras que puderam intensificar a minha vontade de estudar sobre essas práticas emancipatórias, interseccionais e que valorizam a diversidade de corpos presentes na sociedade.

A interseccionalidade é definida dentro do movimento feminista negro, como conceito que emerge na teoria crítica de raça, proposto por Kimberlé Crenshaw, intelectual afro-estadunidense. Segundo Kimberlé Crenshaw (*apud* Akotirene 2019), a interseccionalidade nos permite enxergar a colisão das estruturas e a interação das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo hegemônico em contemplar mulheres negras, já que um feminismo que não dialoga com as pautas étnico-raciais reproduz o racismo. Então, a interseccionalidade surge como uma ferramenta para dialogar e analisar as diversas formas de opressão, pois as necessidades das feministas negras são diferentes das feministas brancas, que são diferentes das feministas negras ou brancas com deficiência, entre outras configurações.

Nos estudos críticos sobre deficiência, a interseccionalidade é utilizada para criticar as assunções sobre branquitude, masculinidade, gênero, sexualidade e normalidade em que se apoiam os modelos médicos dos estudos tradicionais sobre deficiência (Collins; Bilge, 2020, p. 66).

Karla Akotirene em seu livro "O que é interseccionalidade?" aborda reflexões acerca das desigualdades sociais presentes nas relações humanas. Segundo Akotirene, “a interseccionalidade nos aponta a colisão das estruturas identitárias, dá aparato teórico metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que sobrepõe gênero, raça, classe, capacidade, dentre outros marcadores sociais da diferença” (Akotirene, 2019).

Sou uma mulher, negra, pessoa com deficiência visual e amazônida. Portanto, diariamente refletida por essa interseccionalidade de não me definir apenas sendo uma pessoa com deficiência, várias outras questões estão inseridas em um só corpo, desde quando compreendi que meu corpo é político, certamente algo mudou, principalmente, quando me tornei militante do movimento social “Coletivo Juntos”, mas o coletivo não é diretamente conhecido por ter uma pauta anticapacitista como um dos seus principais objetivos. No entanto, o coletivo se identifica como antipcapitalista, antirracista, feminista e LGBTQIA+. A luta anticapacitista, que busca eliminar o preconceito e a discriminação contra pessoas com deficiência, está também ligada a outras lutas sociais e a questões de justiça social.

O “Coletivo Juntos” foi fundado em 2011, inspirado nas grandes rebeliões populares que agitaram o mundo na crise de 2008² e as pessoas que compõem são em maioria estudantes

²A crise financeira de 2008 foi uma conjuntura econômica global que foi precipitada pela falência do tradicional banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers*, fundado em 1850. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, no processo também conhecido como Crise do *subprime*.

universitários e secundaristas, a juventude está na linha de frente de todas as mobilizações. Minha participação neste coletivo tem sido importante para mobilizar entre minhas companheiras e companheiros uma sensibilidade à pauta anticapacitista.

O capacitismo refere-se à discriminação e marginalização de pessoas com deficiência. No contexto do feminismo negro, o capacitismo se cruza com o racismo e sexismo, criando experiências únicas de opressão para mulheres negras com deficiência, eu sendo uma mulher negra com deficiência, passei por episódios de opressão, onde me fizeram questionar se eu poderia adentrar espaços, abordar temas e simplesmente sair da minha zona de conforto, mas não era confortável me calar e deixar que essas opressões continuassem a acontecer, porque me calar nunca foi opção, assim como nascer uma mulher negra com deficiência não foi uma opção, pois aprendi a lutar desde meu primeiro suspiro de vida.

Deste modo, a pauta anticapacista - que busca fazer frente às diversas formas de discriminação contra pessoas com deficiência - só é efetiva quando aliançada também às lutas feministas, antirracistas e, conforme esta pesquisa pretendeu mostrar, à luta por melhores condições de educação e vida das populações do campo.

2. UMA TRAJETÓRIA COMO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Minha vida escolar iniciou em meados de 2009 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista Rômulo Maiorana, localizada na Travessa We 48, 171 - Coqueiro, Ananindeua - PA, no ensino fundamental, quando tinha sete anos e um ano atrasada, pois antes de entrar na escola tinha que usar óculos de grau e, nesse período, a minha visão já estava diminuindo gradativamente, já sentia os efeitos de não conseguir ler o que estava escrito no quadro e, tampouco, conseguia enxergar nitidamente as pessoas que passavam por mim na rua, foi um período de reabilitação para me acostumar.

Desde o primeiro e turbulento dia de aula, estava ansiosa para encontrar com crianças da minha idade, mas logo percebi que era apenas a idade que tínhamos em comum. Sentava onde ninguém queria, a primeira cadeira da frente próxima à professora, e foi assim por 11 anos.

Frequentei a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando a matemática era meu único problema e se tornou um pesadelo contínuo, e sentia algo que hoje se denomina ansiedade, medo de errar, de não ser útil, de não ter amigos no ensino médio e não conseguir chegar em lugar algum. As professoras do AEE foram bem solícitas e me acolheram muito bem naquela sala repleta de jogos educativos e pedagógicos, materiais acessíveis e coloridos e pude fazê-los meu porto seguro. Naquele lugar, a minha deficiência era apenas um detalhe, pude fazer amigos e passar um bom tempo com eles, porque éramos semelhantes.

Mas, no ensino fundamental, não enfrentei apenas as dificuldades da sala de aula, o *bullying*³ e o capacitismo infelizmente se fizeram presentes durante esse tempo, se já não bastasse os dilemas da pré adolescência, da puberdade como também o sentimento de não pertencimento, de não ser desejada em determinados grupos, principalmente das meninas.

Na escola, por muitas vezes, me questionaram se eu realmente não conseguia enxergar sem o óculos ou se o lado esquerdo do meu olho era completamente cego de verdade, alguns colegas de turma faziam ações constrangedoras e preconceituosas como ficar passando a mão para ter a prova se eu enxergava ou não, colocar o pé na frente para que eu tropeçasse nos corredores ou refeitório da escola, sem contar o isolamento durante as aulas de educação

³ A Lei nº 13.185, em vigor desde 2016, classifica o *bullying* como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

física porque não tinha reflexo para jogar vôlei, queimada e outros jogos atléticos, em suma, o *bullying* infelizmente se fez presente durante minha vida escolar.

Minha madrinha era professora de História na época e coordenadora do “Projeto Mais Educação⁴”, me incentivou a participar das atividades extracurriculares do projeto e, principalmente, das aulas de judô, fanfarra e xadrez. Foi um grande marco para mim participar das atividades, não só pelas notas, mas também por me sentir acolhida, aprender e me relacionar com o esporte, a música e a arte, até os dias de hoje tenho lembranças boas dessa época.

Em 2018, voltei para minha cidade natal Bragança e minha matrícula foi em uma escola do campo mais próxima de onde morava, na estrada do Tamatateua, vila do Taperaçu Campo, na Escola Estadual de Ensino Médio Patalino, onde estudei no ensino médio, a escola que escolhi para realizar esta pesquisa.

Nesse contexto, mesmo com todas as dificuldades arquitetônicas, sem estrutura para uma sala de Atendimento Especializado, os meus professores faziam o que podiam para que pudesse continuar meus estudos, sempre me inserindo nos desfiles de 7 de Setembro, Sarau Intercultural onde apresentava minhas poesias, apresentações de dança nos Jogos Internos. No mesmo ano comecei a frequentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bragança em busca de acolhimento de saúde mental, pois aquele ano foi um período bem difícil mentalmente.

Em meados de 2019, a pandemia do covid 19 fez com que o mundo todo parasse, e não foi diferente nas escolas do campo, na época, a direção e coordenação pedagógica comunicaram aos pais e responsáveis tudo o que estava acontecendo mundialmente e, para não perder um ano letivo, tivemos aulas via *Google Meet* e, antes disso, os professores tiveram que fazer formações sobre Tecnologia da Informação, por diversas vezes, as aulas pelo *meet* tinham que ser interrompidas devido a instabilidade de internet no meio rural, a maior parte dos estudantes não participaram das aulas pelo *meet* por não ter celular ou uma internet estável para acompanhar as aulas.

A alternativa que a direção e os professores da escola tiveram foi distribuir os materiais impressos dos conteúdos abordados nas aulas pelo *meet*, com atividades para

⁴ O Programa Mais Educação, criado pela [Portaria Interministerial nº 17/2007](#) e regulamentado pelo [Decreto 7.083/10](#), constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas. O Programa Mais Educação foi um programa do Ministério da Educação (MEC) que visava melhorar a qualidade da educação nas escolas públicas. O programa foi criado em 2007, no governo Lula.

realizar e, posteriormente, fazer a devolutiva dessas atividades na escola para a obtenção de notas e avaliação.

Em 2020, finalizei o Ensino Médio sem formatura e encontro com a turma, mas com a certeza interna que a minha trajetória acadêmica não terminaria por ali, me inscrevi pela primeira vez no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e por consequências do ano pandêmico, o Ministério da Educação (MEC) comunicou que o exame impresso daquele ano seria aplicado nos dias 17 e 24 de janeiro de 2021. Não desanimei e continuei a estudar por conta própria em meu quarto, assistindo videoaulas no *Youtube* e revisitando as provas antigas do ENEM, me inscrevi com direito a isenção por cota PcD e por ter estudado em escola pública durante todo o percurso escolar.

Realizei a prova em janeiro, sentindo um misto de emoções e insegurança cognitiva, escolhi a prova para pessoas com baixa visão, por ser ampliada, respeitando a Classificação Internacional de Doenças (CID) e meu CID 10 H54, o código para cegueira e visão subnormal e H54.2, o código para baixa visão, que é a redução parcial ou total da capacidade visual, no meu caso, possuo o histórico de cegueira congênita, com acuidade visual de 40% no olho direito e cegueira sem acuidade visual no olho esquerdo.

Fiz a prova no Instituto Federal do Pará (IFPA) na sala de leitura e estudos, sala de fácil acesso e mobiliário adaptado para pessoas com deficiência, idosos e que apresentaram o comprovante de Atendimento Especializado, disponibilizando o suporte necessário para a realização da prova. Finalizei a prova e redação quinze minutos antes de terminar o tempo estimado, o que me deixou mais aliviada, pude ler com calma e marcar o cartão resposta, pois tinha administrado meu tempo.

Em junho vi o resultado do processo seletivo, lá constava que havia passado na Universidade Federal do Pará (UFPA) no curso de licenciatura em Pedagogia, na turma de 2021. E logo comecei a me preparar para a entrega das documentações da matrícula presencial, eu morava na zona rural de Bragança, e a jornada de ingressar na universidade pública parece ser mais difícil para cotistas, a quantidade de documentos que precisava organizar e, principalmente, comprovar a minha deficiência para a cota PcD, era exaustivo e desestimulante, mas consegui realizar todas as etapas em um período curto que a faculdade disponibilizou na época, e ainda estávamos em um período pandêmico com uso de máscaras e cuidado para evitar aglomerações.

As primeiras impressões sobre iniciar mais uma etapa acadêmica, e desta vez, na universidade era de medo, eu sentia medo de não conseguir dar conta de todos os

compromissos e responsabilidades que a academia exigia, nos primeiros semestres passei a me cobrar o dobro de quando estava no ensino médio, pois sempre me cobrei e preocupei com minhas notas e aproveitamento acadêmico, a validação acadêmica em muitos momentos me tomou completamente, o sentimento de incapacidade mais uma vez estava presente e sofri mentalmente e emocionalmente por conta destas cobranças pessoais.

Mas, pelo lado positivo, a universidade me fez experienciar um espaço social que não tinha acesso antes, o sentimento de pertencimento havia me tomado mais uma vez e pude conhecer pessoas que gostavam de estar comigo não porque tinha algo a oferecer, mas, porque gostavam de mim verdadeiramente, o apoio pedagógico foi de suma importância para meu aproveitamento durante a graduação, os professores que perguntavam nos intervalos das aulas se eu estava conseguindo ler os textos, entender e compreender os *slides* e este acolhimento também era essencial.

As próprias mudanças que minha presença como estudante com baixa visão operaram na sala de aula fizeram com que em outras turmas também se espalhassem em um modelo acessível de slides para apresentações de seminários, um modelo simples com fundo preto e fonte amarela, imagens grandes que tenham melhor visualização.

Mas, a dificuldade em fazer amizades também se estendeu à universidade, eu tinha um bom relacionamento interpessoal com meus professores, mas tinha dificuldades no contato com minha própria turma e trabalhos em grupo, falar em público, expressar minha opinião e descontentamentos, apresentar seminários e, até mesmo falar alto, era mais um desafio a ser enfrentado. Uma vez que estava inserida naquele espaço, onde tudo beirava a normalidade de corpos, tive que criar coragem e conquistar meu espaço, mesmo com medo, mesmo me sentindo por várias vezes insuficiente intelectualmente, um sentimento de autocobrança, insatisfação e angústia, até mesmo me silenciando em vários momentos.

Fui bolsista de Iniciação Científica PIBIC - PRODUTOR durante 01/08/2022 a 31/07/2023 com o Projeto de Pesquisa intitulado “ Uma análise de políticas e práticas voltadas a estudantes diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na Escola de Ensino Médio e Integral (EMI) Luiz Paulino Mártires em Bragança-PA”, e quando houve renovação no período 01/08/2023 a 31/07/2024 pude escolher o título da minha pesquisa intitulada “Experiências e vivências de estudantes com Baixa Visão na Escola de Ensino Médio e Integral (EMI) Luiz Paulino Mártires em Bragança- PA”.

Minha participação como bolsista foi determinante para meu progresso acadêmico e científico dentro da universidade, onde tive autonomia de escrita, participação de grupo de

estudos e comecei a ter contato, pela primeira vez, com autoras de obras feministas, antirracistas e anticapacitistas, porém de início me assustei por não compreender tão bem o pensamento delas, cuja as obras nunca havia lido, mas no grupo de estudos, ouvindo na perspectiva de outras pessoas, eu tinha uma compreensão melhor do que estava lendo, mas como eu disse, anteriormente, o sentimento de me sentir insuficiente intelectualmente sempre me assombrava hora ou outra, e boa parte dessas leituras utilizei no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

O meu início como pesquisadora foi cheio de inseguranças, descobertas, medo de errar e fracassar e, mais uma vez, me vi naquela estudante do ensino fundamental que fui um dia, com medo das pessoas e do mundo, mas tive/tenho uma orientadora que me guiou durante toda a pesquisa, compreensiva quanto às minhas limitações e que só me fizeram crescer, jamais pensei que um dia escreveria relatórios de pesquisa e apresentaria em eventos.

Com isso, pude perceber que as pessoas haviam gostado do que eu havia pesquisado e dedicado boa parte do meu tempo em leituras e pesquisas, o que me fez lembrar, em muitos momentos, do que Clarice Lispector disse em seu livro *A descoberta do mundo*, ela tem uma frase que vou levar comigo para sempre: “depois do medo, vem o mundo”.

Depois de um tempo na faculdade percebi que existiam grupos e movimentos, nos quais eu poderia me inserir. Conheci o “Coletivo Juntos” no segundo semestre de 2022, um coletivo de juventude que se organiza do norte ao sul do Brasil, reivindicando direitos de estudantes, trabalhadores e da sociedade oprimida pelo sistema capitalista, uma juventude indignada que busca transformação.

O Coletivo Juntos não é diretamente conhecido por ter uma pauta anticapacitista como um dos seus principais objetivos. No entanto, o coletivo se identifica como anticapitalista, antirracista, feminista e LGBTQIA+. A luta anticapacitista, que busca eliminar o preconceito e a discriminação contra pessoas com deficiência, está também ligada a outras lutas sociais e a questões de justiça social. No entanto, quando comecei a participar, ativamente, das lutas como única militante PcD em Bragança, de certa forma, o “Juntos” também abraçou minha luta e a pauta anticapacitista também se fez presente nas reuniões, debates e encontros do coletivo.

Em 2024, após a eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE) conquistamos mais uma vez a representação na cadeira de Bragança, onde os campus dos interiores tiveram vez e voz para falar sobre suas demandas, isso se intensificou após uma visita do atual reitor e a vice-reitora da Universidade Federal do Pará, o professor Gilmar Pereira e a vice-reitora

Loiane Prado Verbicaro ao campus de Bragança. Minha gestão no DCE durou um ano, estive participando de mesas importantes representando os estudantes de Bragança, principalmente vinculado ao movimento estudantil.

Também participei do projeto “Cineclube Amazônias” do Professor e organizador Luis Saraiva, onde se promoviam vários encontros voltados ao debate audiovisual, oficinas e mostras de filmes regionais e nacionais. Fui contemplada pelo edital Paulo Gustavo de incentivo à cultura para produzir o curta iniciante intitulado “Fora de Foco”, que relata as minhas experiências e vivências como uma mulher com baixa visão e também relata a experiência do Professor Marcelo Baldez que é um homem cego. O curta-metragem iniciante está disponível no *Youtube* com o nome “Curta Iniciante Fora de Foco”⁵.

Figura 1: Capa do documentário no *YouTube*



Fonte: *YouTube*, 2025.

Descrição de imagem: A fotografia apresenta uma rua de bairro residencial durante o dia. O cenário inteiro está desfocado propositalmente, reforçando a ideia de estar “fora de foco”. No centro da imagem, em primeiro plano, uma pessoa caminha de costas pela calçada. Veste camiseta preta, *short jeans* azul claro e calça tênis escuros. Os cabelos são soltos e de comprimento médio. À esquerda da rua, aparecem casas com muros e portões. À direita, um muro longo acompanha a calçada até o fundo da cena. O chão é de asfalto, com calçadas de cimento em ambos os lados. Ao fundo, é possível perceber o céu claro, indicando que a cena ocorre durante o dia. Sobre a imagem, em letras grandes e amarelas, está escrito o título “Fora

⁵ Documentário “Fora de Foco” disponível em: https://youtu.be/iy88vfAVFvI?si=-T_rLgCM_O2Ps-BR&utm_source=ZTQxO

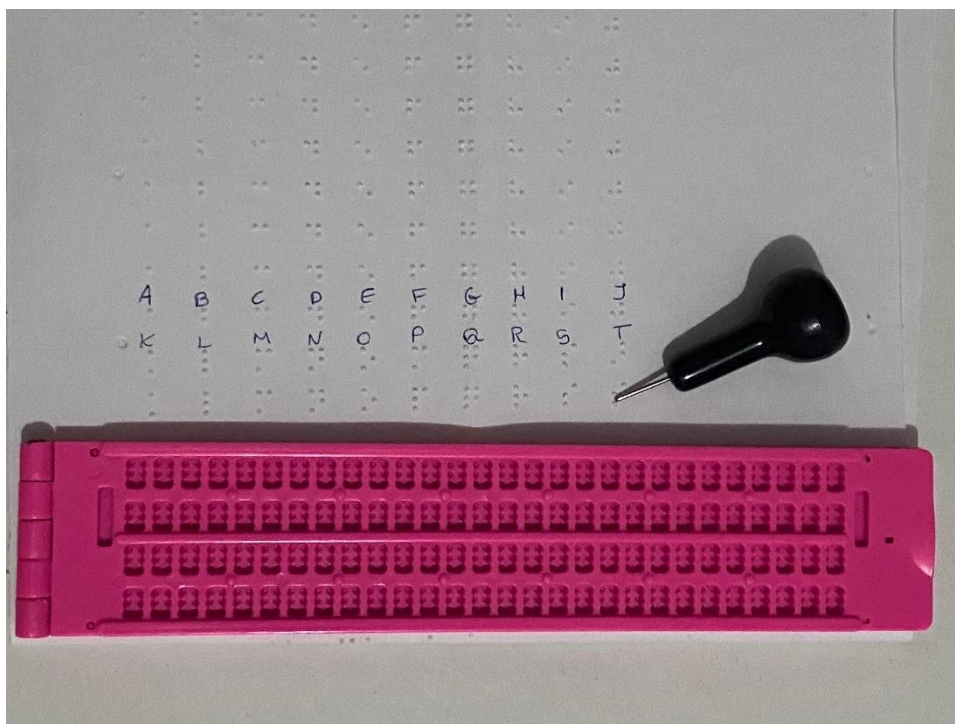
de Foco”, ocupando a parte central e na parte inferior direita, há três ícones brancos que representam recursos de acessibilidade: Legendas Descritivas, Audiodescrição e Libras.

E, mais recentemente, estou fazendo aulas de braille no Centro de Referência em Atendimento Terapêutico Educacional Especializado “Moendy Akã” onde as aulas são ministradas pelo Professor Especialista em braille Marcelo Baldez, às quintas-feiras das 08h às 12h. As aulas de braille tem sido uma experiência enriquecedora e ao mesmo tempo desafiadora, é como se eu estivesse reaprendendo a escrever desde do alfabeto à frases simples, mas, ainda se torna empolgante cada aprendizado e atividades realizadas.

O Braille é um sistema de escrita e leitura tátil para pessoas cegas ou com baixa visão, e ele permite que as pessoas com deficiência visual acessem a informação escrita usando o tato. A reglete é uma ferramenta essencial que usamos nas aulas para aprender a escrever o Braille e ela funciona como uma guia para a escrita, com células em relevo que correspondem às letras e símbolo do alfabeto Braille, posicionamos o papel A4 entre as duas partes da reglete e punção, que é uma ferramenta semelhante a uma caneta com ponta, mas sem tinta e que é usada para pressionar o papel contra as células em relevo da reglete e criar os pontos em relevo.

Na reglete consta um arranjo de seis pontos em relevo, na vertical em duas colunas de três pontos cada, a escrita é feita da direita para a esquerda e a para a leitura somente viramos o papel e usamos o tato.

Figura 2: Reglete e Punção



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Descrição de imagem: A imagem mostra uma folha de papel com pontos em relevo organizados em células de seis pontos. Acima de cada célula braille estão escritos, em caneta azul, as letras do alfabeto de A a T, sendo que a primeira linha contém as letras do alfabeto de A a J e a segunda linha de K a T.

No canto inferior direito da imagem há um pequeno instrumento preto com a ponta metálica – é uma punção, usada para perfurar o papel e formar os pontos em braille. Na parte inferior da imagem, centralizado, há uma régua retangular rosa chamada reglete, que serve como guia para a escrita braille.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPO

Em várias épocas, na sociedade, foram utilizados diferentes termos para definir quem seriam as pessoas com deficiência e surgiram diversas discussões para reconhecer esses indivíduos que eram deixados à margem no contexto social.

Nesse sentido, a inclusão, além de um direito, é uma postura cada vez mais necessária, pois quando realizada corretamente torna-se um fator fundamental, no que diz respeito ao desenvolvimento destes indivíduos, com condições acessíveis às necessidades contribuindo para a formação destes cidadãos.

A Educação do Campo é destinada aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010).

As precárias condições de infraestrutura nas escolas do campo são evidentes, já que, em muitas comunidades rurais, no nordeste paraense, as classes são multisseriadas, e essa realidade traz dificuldades na oferta de educação especializada, que não chega em todas as comunidades rurais.

Além disso, considerando a atual política de educação especial que prevê a oferta desses serviços em salas com recursos multifuncionais, bem como profissionais capacitados para garantir o ensino-aprendizagem desses estudantes, não há alternativas sendo implementadas para atender às especificidades daqueles que necessitam destes serviços, que são descritos por lei e que toda escola deve garantir.

É necessário que o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) esteja disposto a desenvolver um trabalho inclusivo, para que possa contribuir na formação e construção de conhecimento tanto dos alunos como para a formação e construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Adentrando as discussões sobre a pauta anticapacitista, vale dizer que o termo capacitismo significa a discriminação contra pessoas com deficiência, a qual se manifesta desde as dificuldades para a acessibilidade, isto é, a falta ou falha dela, até as barreiras atitudinais da sociedade.

O termo capacitismo está relacionado a uma construção social de um corpo padrão perfeito denominado como "normal" e da subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas características dadas pelas deficiências (Bertussi *et al.*, 2021). Essa ideia de normalidade está presente em nossa sociedade até os dias atuais e muitas são as falas sobre

diversidade corporal e aceitação, no entanto, os contextos sociais onde esses corpos estão inseridos são frequentemente discriminatórios. A deficiência do corpo não é anormal, o que é anormal são os olhos que julgam a partir de uma estética pré determinada por padrões que tem suas bases em valores morais (Diniz, 2007).

A oferta da educação especial nas escolas do campo também deve ser bandeira de luta do movimento pela Educação do Campo, no contexto das lutas por políticas públicas que assegurem às populações do campo uma educação “com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p.18).

O projeto que defende a educação do campo afirma o direito de todos os estudantes terem direito e acesso a conhecimentos, valores e saberes de sua comunidade, é importante pensar em uma educação voltada à realidade, articulando os saberes junto à grade curricular, onde o estudante se sinta pertencente no que está aprendendo e um currículo que valorize os saberes tradicionais e a bagagem de vida dos estudantes.

4. PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A INTERSECCIONALIDADE

A história dos direitos da pessoa com deficiência ainda é muito recente e somente a partir dos anos 70 do século XX, a sociedade passou a dispor de algumas políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência, deixando de ignorá-los ou tratá-los como doentes a partir de uma visão biomédica.

Debora Diniz (2007), em seu livro “O que é deficiência?” faz uma discussão histórica a partir dos processos políticos e sociais que despertaram as tomadas de decisões das próprias pessoas com deficiência pela garantia de nossos direitos. Os três modelos discutidos pela autora são: 1) o modelo biomédico da deficiência, predominante até meados do século XIX e ainda hoje formetemente presente; 2) o modelo social da deficiência, que surgiu na década de 70 no reino Reino Unido e Estados Unidos; 3) o modelo social amplificado pela critica feminista que surgiu na década de 90 do século XX.

No enfoque biomédico predominam práticas individualizantes centradas na medicalização e reabilitação, por meio de instituições que, em sua maioria, ignoram os sujeitos de seus direitos ali presentes. O modelo biomédico contribuiu para disseminar a ideia que o mais importante seria trabalhar na recuperação individual do deficiente com vistas a sua normalização e adaptação e na medicalização com o intuito de normalizar seus corpos e comportamentos na sociedade.

Há de se mencionar, ainda, o modelo religioso de compreensão da deficiência, de acordo com Karla Luiz Akotirene, no artigo “Mulheres com deficiência: garantia de direitos

para exercício da cidadania”, publicado pelo Coletivo Feminista Helen Keller (2020), esse modelo religioso surgiu com o cristianismo, que predominou no período da Idade Média, mas que convive até nos dias atuais.

Tal modelo fomenta que a pessoa com deficiência é vista de várias maneiras: como alguém que é infeliz, como alguém que recebeu castigo divino, é digno de pena ou amaldiçoado. E relacionando a esse modelo, a pesquisadora também comenta a existência do Modelo Caritativo, neste modelo, a pessoa com deficiência é digna de caridade e benevolência das pessoas, principalmente as cristãs, considerando-as incapazes mediante as suas limitações.

As práticas de exclusão da pessoa com deficiência tem consequências até os dias atuais, pois os corpos são frequentemente vistos como estranhos e fora do padrão normativo da sociedade. É nesse contexto que surge o Modelo Social da Deficiência, com o objetivo de romper a hegemonia dos modelos biomédico, religioso e caritativo.

Para o modelo médico, a deficiência estava centrada no indivíduo e sua lesão (seja física, sensorial, intelectual), diferente do modelo social onde a deficiência é entendida como o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupõe um tipo ideal de sujeito produtivo, uma resposta da corrente marxista, principal influência da primeira geração de teóricos do modelo social (Diniz, 2007).

A partir da década de 90, no século XX, o modelo social da deficiência passou a ser reinterpretado e ampliado pela crítica feminista adentrando na vertente da interseccionalidade. Essa crítica feminista propõe compreender a deficiência não apenas como condição médica ou biológica, mas como uma contrução social que interage com outras estruturas como gênero, classe social, raça e sexualidade.

Os teóricos do modelo social estavam lutando por independência e eram homens brancos europeus com lesão medular que queriam trabalhar e não falavam muito a respeito do cuidado. As teóricas feministas trouxeram à tona temas esquecidos na agenda de discussões do modelo social. Falaram do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e da interdependência como temas centrais à vida do deficiente (Diniz, 2007, p. 60).

E mesmo com o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), percebe-se que as pessoas com deficiência ainda possuem dificuldades para ter acesso à serviços e recursos básicos. Isso significa que a nossa organização social ainda funciona como uma barreira para a inserção de Pessoas Com Deficiência (PCD's) na sociedade, como se nosso lugar ainda não

pertencesse de fato a nós e, mesmo com tantos direitos que nos amparam dia após dia, ainda é difícil viver em uma sociedade que segrega nossos corpos, criando uma espécie de controle sobre o que é considerado perfeito ou não.

Dito isso, o uso de rótulos que expõem as características pessoais, muitas vezes, chamando-nos pela nossa condição corporal e esquecendo que temos nomes e registros, que somos humanos também, é uma das formas pelas quais essa discriminação se manifesta.

Campbell (2009) destaca que o ponto de vista capacitista situa a realidade das pessoas com deficiência como inerentemente negativa, sendo que, nesta perspectiva, a deficiência deveria ser “melhorada”, curada ou mesmo eliminada. É nosso papel então fazer frente a estas formas de compreensão e colaborar para produzir ambientes escolares democráticos e anticapacitistas nas zonas rurais e urbanas.

Criado em 21 de setembro de 2018, o “Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência” se define como um coletivo de mulheres feministas com deficiência que pauta a intersecção entre gênero e deficiência. A data 21 de setembro foi escolhida por ser o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, a organização política sobre ser mulher com deficiência deve estar relacionada com os demais movimentos feministas e de mulheres, já que ainda vivemos em uma sociedade atravessada pela misoginia, racismo e LGBTfobia e também atravessada pelo capacitismo que insiste em segregar nossos corpos com deficiência.

Nesta pesquisa, consideramos que conhecer nossos corpos - como políticos - se torna fundamental para a construção de um espaço que nos permita a ampliação de nossa participação política e social, lutando firmemente e ativamente por nossos direitos. O “Coletivo Helen Keller” surgiu da necessidade de pontuar a diversidade dos corpos com deficiência dentro do movimento feminista, como também da importância de demarcar o gênero na vivência da deficiência.

Em reflexo de séculos da nossa história, as pessoas com deficiência foram por muitos anos excluídas da sociedade e destinadas apenas para escolas especiais e centros de reabilitação voltadas especificamente para PcD, fomos proibidos de circular entre as pessoas “normais”, frequentar os mesmos espaços e ambientes, e muito desse preconceito vem da falta de contato de pessoas sem deficiência com pessoas com deficiência, o que acaba gerando reflexos negativos, opiniões negativas, pré-julgamentos e preconceito, pois a falta de contato e convivência estimula o preconceito.

Ao ampliarmos a inclusão, o espaço e a forma de contato entre pessoas com e sem deficiência poderemos desconstruir as concepções negativas e o capacitismo, tornando as

relações interpessoais mais igualitárias. E quando falo em desconstruir o capacitismo, me refiro a promover uma sociedade que atenda todas as pessoas, espaços construídos e pensados nas pessoas com deficiência, pois estamos cada vez mais ocupando e garantindo nossos direitos, espaço e lugar de fala.

O movimento anticapacitista é a luta contra o preconceito e discriminação voltada as pessoas com deficiência, as bandeiras de luta buscam inclusão, igualdade de direitos e reconhecimento da dignidade de nós pessoas com deficiência, e estamos diariamente lutando contra atitudes e práticas que nos tratam como inferiores e incapazes, pelo fim do capacitismo arquitetônico para que espaços sejam construídos e pensados em pessoas com deficiência também, temos o direito a acessibilidade plena como a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, digital, educacional e atitudinal.

Nós, pessoas com deficiência, devemos ser protagonistas de nossa própria história e luta, ocupando espaços, esboçando nossas opiniões e indagações, e desconstruindo estigmas e estereótipos que estão impregnados na sociedade como capacitismo estrutural com a concepção da deficiência como algo a ser “curado” e “superado” em uma perspectiva negativa e práticas de exclusão de pessoas com deficiência instaurada há séculos em uma sociedade com tantas outras formas de opressão, como o racismo, machismo, LGBTfobia, essas formas de opressão e as experiências delas também se cruzam com o capacitismo.

Para Alves (2022), a interseccionalidade é central para a compreensão da sua tese de pós-graduação em Psicologia, não apenas como ferramenta teórica, mas como modo de vida e resistência.

Lanço mão de uma ferramenta que surge para dar conta do lugar outsider de mulheres pretas para pensar também o lugar de uma mulher-cega-COM-cão-guia, um lugar também outsider, uma vez que é próprio do conceito a denúncia dessas violências interseccionais (ALVES, 2022, p. 29).

A interseccionalidade não deve ser percebida apenas como uma teoria explicativa dentro das universidades e rodas de conversas, mas também como uma forma de viver e resistir. Alves (2022) destaca que esse conceito não se limita a representar a posição marginalizada das mulheres negras, tampouco a indicar uma figura única que as represente, pois sua essência está justamente em revelar as múltiplas violências que essas mulheres enfrentam.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo. Segundo Minayo (2011), divide-se em três etapas: 1) a fase exploratória onde ocorre o preparo para entrar em campo, 2) o momento que ocorre a formulação do projeto de pesquisa, delimita-se o espaço, define-se os objetivos e objetos a serem trabalhados e finalmente a etapa do trabalho de campo 3) a fase em que se coloca em prática a construção teórica, por meio das observações, entrevistas e ferramentas que possibilitem o levantamento dos dados. Trata-se da parte fundamental da pesquisa, é quando se confirma ou refuta as hipóteses levantadas e, por final, vem a etapa de análise e tratamento do material empírico e documental.

Foram analisados documentos de matrículas contidas no arquivo da escola e no site da Secretaria de Estado e Educação (SEDUC) para que se tenha como parte da pesquisa e análise o quantitativo de estudantes com deficiência regularmente matriculados na escola no ano de 2025. A realização da pesquisa contou com o apoio da diretora da escola que fez questão de buscar todos os relatórios de matrículas e de estar disponível para quaisquer dúvidas que eu pudesse ter durante a pesquisa de campo.

Objetivo geral: Analisar a sua interface com/na Educação do Campo em uma escola pública estadual do campo, no contexto amazônico do nordeste paraense; para tanto foram elencados os seguintes objetivos específicos:

a) Conhecer a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino em Bragança- PA no âmbito das Políticas Públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;

b) Mapear os principais desafios enfrentados, bem como acompanhar algumas pistas para a inclusão em escolas do campo;

A pesquisa de campo ocorreu nos dias 16/06 e 23/06 na E.E.E.M Patalino, pois foram os dias combinados com a direção da escola para a análise documental e realização das entrevistas com as estagiárias do Apoio Escolar, a entrevista foi realizada em uma sala de aula vazia no horário do recreio e foi utilizado o gravador do celular para captar a voz das entrevistadas.

A proposta desta pesquisa foi realizar entrevistas com estagiárias do Apoio Escolar da escola e também um levantamento sociodemográfico do perfil de alunos com deficiência, regularmente matriculados na escola E.E.E.F.M Patalino. A partir destes dados realizamos reflexões bibliográficas sobre o papel das pessoas com deficiência na sociedade e nos

contextos educacionais da educação do campo, destacando mulheres e autoras com deficiência, como Camila Araújo Alves (2022) e Anahi Guedes de Melo (2016).

Além disso, analisamos o conceito de deficiência tal como definido a partir do modelo biomédico, o modelo social deficiência e a ampliação do modelo social pela crítica feminista, conforme descritos por Débora Diniz (2007) na obra “O que é deficiência?”. Neste bojo de análises trouxemos discussões de autoras como Karla Luiz Akotirene (2019), Sirma Bilge e Patricia Hill Collins (2021) as quais forneceram contribuições sobre perspectivas de corpo e sociedade e as nuances da interseccionalidade com base no feminismo negro. E, por fim, Katia Regina Moreno Caiado (2017) e Roseli Salete Caldart (2004) nos auxiliaram nas reflexões sobre a inter-relação entre Educação Especial e Inclusiva no Campo e a Educação do Campo, fornecendo pistas sobre os principais desafios a serem enfrentados.

6. RESULTADOS E ANÁLISES

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino é uma escola estadual localizada na zona rural de Taperaçu Campo, estrada do Tamatateua em Bragança do Pará e atende estudantes do nível Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola atualmente conta com 404 estudantes regularmente matriculados no turno da manhã, tarde e noite. Na escola também há uma anexação chamada Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Ferreira que atende a estudantes da rede municipal e anos iniciais de ensino, as duas escolas dividem o mesmo espaço.

A partir do levantamento sociodemográfico do perfil de estudantes com deficiência regularmente matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, observamos que, ao todo, são dezesseis estudantes com deficiência regularmente matriculados na referida escola. Destes, três (3) apresentam laudo de deficiência intelectual, quatro (4) de deficiência múltipla, dois (2) estão no Transtorno do Espectro Autista, cinco (5) apresentam laudo de deficiência física, um (1) apresenta o laudo de deficiência auditiva/surdez, um (1) apresenta o laudo de baixa visão.

Além disso, do total de dezesseis estudantes, são dez (10) do gênero masculino e seis (6) do gênero feminino. Observamos também que oito (8) estão no ensino fundamental, quatro (5) no ensino médio e três (3) cursam a Educação de Jovens e Adultos conforme pode observado na tabela abaixo.

Tabela 1: Estudantes com Deficiência matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino

E	IDADE	GÊNERO	ESCOLARIDADE	DEFICIÊNCIA
1	17	M	9 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIÊNCIA FÍSICA
2	23	M	2 ANO / MÉDIO	DEFICIENCIA MULTIPLA
3	16	F	3 ANO/ MÉDIO	SURDEZ
4	14	M	6 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIENCIA MULTIPLA
5	16	M	9 ANO/ FUNDAMENTAL	BAIXA VISÃO
6	16	F	1 ANO/ MÉDIO	DEFICIÊNCIA FÍSICA
7	17	M	4 ETAPA/ EJA	DEFICIENCIA MULTIPLA
8	35	M	2 ETAPA/ EJA	DEFICIÊNCIA FÍSICA
9	25	M	1 ETAPA/ EJA	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
10	17	F	2 ANO/ MÉDIO	DEFICIÊNCIA FÍSICA
11	18	F	8 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIENCIA MULTIPLA
12	16	M	8 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIÊNCIA FÍSICA
13	14	M	6 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
14	19	F	9 ANO/ FUNDAMENTAL	TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA
15	19	F	2 ANO/ MÉDIO	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
16	15	M	9 ANO/ FUNDAMENTAL	TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A entrevista semiestruturada foi realizada com três estagiárias do gênero feminino no turno da manhã, a E1 tem 26 anos; a E2, 34 anos; e a E3 tem 23 anos; e todas estão cursando o curso de Licenciatura em Educação do Campo no Instituto Federal do Pará (IFPA).

Tabela 2: Estagiárias do Apoio Escolar.

Idade	Gênero	Formação	Instituição onde cursa
34	F	Licenciatura em Educação do Campo	Instituto Federal do Pará (IFPA)
26	F	Licenciatura em Educação do Campo	Instituto Federal do Pará (IFPA).
23	F	Licenciatura em Educação do Campo	Instituto Federal do Pará (IFPA).

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

As estagiárias residem nas proximidades da escola Patalino na comunidade do Taperaçu-Campo, portanto elas escolhem estagiar na escola por ser próximo às suas residências, conhecerem a comunidade escolar e também por uma questão de pertencimento, já que elas são moradoras de uma comunidade no meio rural e já têm conhecimento da realidade dos estudantes da escola.

Na tabela 3, abaixo, podem ser observados alguns recortes das respostas fornecidas pelas estagiárias.

Tabela 3: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

Pergunta 6: Quando iniciou o estágio, o governo do estado ofereceu alguma formação? Que tipo de orientações você recebeu para atuar neste estágio por parte da secretaria de educação do governo do Pará até hoje?	E1: “Olha, até o momento que cheguei aqui ainda não tive nenhuma formação oferecida pelo estado, e recentemente colocaram a gente no grupo que era pra gente participar de uma formação, mas quando fui me inscrever as vagas já tinham sido esgotadas então eu não consegui realizar a inscrição.” E2: “No momento que a gente entrou, nenhuma formação aderiram pra gente. No entanto, a gente entrou com os conhecimentos que a gente tinha da faculdade. E, no momento, o poder público não ofertou nenhuma formação pra nós, como estagiários. Só os conhecimentos que a gente já tinha adquirido dentro da faculdade.” E3: “Quando começamos o estágio, não recebemos nenhuma orientação. Só vieram os documentos com os nomes das pessoas que a gente tinha que orientar na sala de aula. E só isso. Fora isso, a gente não recebeu nenhuma orientação e nenhuma formação para começar a trabalhar.”
--	---

Fonte:Dados da pesquisa, 2025.

A leitura dos trechos destacados na tabela 3, serve de apoio para a discussão realizada posteriormente a cada pergunta ressaltada. Ao final do trabalho está disponível um anexo contendo todas as perguntas realizadas para melhor compreensão do contexto das conversas com as estagiárias.

A falta de orientação e de formação continuada para estagiários de apoio escolar, representa uma falha para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade para os estudantes com deficiência, os estagiários que, na maioria das vezes, estão em formação na graduação, não possuem subsídios teóricos e práticos suficientes, e apenas o componente curricular de educação especial, na grade do curso, não é suficiente para a preparação do estagiário.

Nesse sentido, a ausência ou insuficiência de formação dos profissionais que estão com os estudantes com deficiência em sala de aula, prejudica a qualidade de ensino e aprendizagem. Além disso, as(os) estagiárias(os) que atuam neste campo frequentemente se

sentem solitários e desamparados para lidar com as situações complexas envolvendo o acompanhamento escolar.

Dessa forma, a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e a Diretoria Regional de Ensino de Bragança (DRE) devem promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos estagiários contratados, pois a formação continuada destes profissionais é um passo fundamental para consolidar práticas inclusivas dentro das escolas.

Tabela 4: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

Pergunta 8: Os estagiários acompanham todos os alunos ou cada estagiário fica responsável por alguns? Caso sim, quantos você acompanha? E qual é o diagnóstico, a série e a idade destes estudantes que você acompanha?	E1: “Eu acompanho dois que veio no meu contrato, e como eu falei anteriormente tem mais um em sala mas eu não deixo ele sem apoio só porque eu vim para auxiliar dois eu não deixo ele sem, então eu fico com tres igual minhas colegas em sala que não estão com uma única criança, elas estão com várias por exemplo e 6 ano tem quatro, um por exemplo que tem TEA e tem vezes que a minha colega não consegue auxiliar a criança porque tem um nível muito elevado e as vezes dá crise e ela sozinha na maioria das vezes não consegue, então acredito que falta essa questão de apoio.” E2: “Eu acompanho três alunos dentro da sala. Um deles tem laudo, que é justamente o que veio indicado no meu contrato. Os outros dois não têm laudo, então não posso afirmar quais são suas necessidades específicas. Todos estão no sexto ano.” E3: “Quando veio o nosso memorando, já vieram direcionados os alunos que a gente iria cuidar como teve do terceiro ano saiu no ano passado, diminuiu. Então a gente não seguiu o mesmo padrão que veio de lá, e eu vim para o segundo ano para ficar com dois: os alunos XXX e o XXX. Só que aí surgiu o Giovanni, então estou com três dentro da sala. O XXX tem deficiência múltipla. A XXX tem déficit de atenção, retardo mental e também múltiplas deficiências - não lembro todas. A maioria deles apresenta deficiências múltiplas. Apenas uma aluna do primeiro ano tem apenas autismo”.
---	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A superlotação de estudantes com deficiência atribuída aos estagiários representa mais um enorme desafio, a E3 destaca que veio um memorando com os respectivos estudantes a qual elas iriam auxiliar, mas na prática é completamente diferente, já que elas acabam por auxiliar mais de dois estudantes ficando sobrecarregadas, e tem estudantes que precisam de uma atenção a mais na realização de atividades.

Tal discussão traz novamente a questão da falta de formação continuada e aperfeiçoamento para as estagiárias, principalmente para as que auxiliam estudantes com

Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois a permanência destes estudantes na escola exige muito mais do que a matrícula, o que levanta mais um ponto na estrutura da escola Patalino, pois esta escola ainda não conta com uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que poderia ajudar para além do acompanhamento físico, mas com materiais e um espaço com todo suporte para o desenvolvimento não só do estudante com TEA como os demais outros estudantes com deficiência.

Tabela 5: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

Pergunta 12: Quais são os principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência para a inclusão na escola?	E1: “Olha eu acredito que é a questão da limitação da própria deficiência deles porque muita das vezes eles se veem como incapazes, por exemplo a criança que eu auxilio por ele ter uma deficiência locomotora das mãos as vezes ele se estressa por não conseguir fazer aquilo que o outro colega consegue fazer, e eu quando vim pra cá comecei a acompanhá-la e vi que era algo que estressava muito e a não aceitação da própria criança de não se aceitar como PCD, mas a partir do momento que essa criança se aceitou como PCD eu comecei a perceber a evolução dele” E2: “Ah, os desafios são as especialidades que são diferenciadas, né? Então, a gente tem que fazer os trabalhos conforme as expectativas de cada aluno, né? Então, a gente tem o modelo que se diferencia esse potencial que cada aluno tem, a inclusão deles, né? Isso.” E3: “A principal dificuldade é se incluírem. Falamos muito de inclusão, mas sabemos que nem sempre ela acontece. Quando a gente coloca um aluno com deficiência no meio de outros que são considerados "normais", é muito difícil incluir eles. A turma toda consegue acompanhar os assuntos, mas o aluno com deficiência, muitas vezes, não consegue. E o professor não espera esse tempo do aluno que tem deficiência para acompanhar os demais. Então ele vai avançando com os assuntos e acaba que o outro fica pra trás.”
---	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

As respostas das estagiárias levantam uma questão importante para o que diz respeito a uma educação realmente inclusiva, tendo em vista que a inclusão vai muito além do que somente a matrícula do estudante em uma sala regular, mas propor um espaço de afeto e pertencimento também é uma prática inclusiva, até mesmo eu, na escola, cheguei a me sentir excluída dos grupinhos e dos trabalhos em grupo e, por mais que as pessoas digam que somos capazes de fazer, aquele sentimento vem à tona, um ponto crucial para nós pessoas com deficiência é a autoaceitação antes da aceitação do outro, falar sobre estigmas relacionados à

deficiência e ao sofrimento psíquico é fundamental, pois vamos adoecendo sem perceber, na tentativa de se encaixar na normalidade social.

Esse pensamento vai aumentando quando não conseguimos fazer uma tarefa escolar considerada simples pelos outros estudantes da sala, é difícil não conseguir acompanhar a turma e perceber que estamos ficando para trás. Não é somente a falta de estrutura adequada, inclusão e acessibilidade, mas também a falta de diálogo, destacar lugar de fala e fazer com que os estudantes com deficiência se sintam pertencentes, e representatividade e autoestima também são essenciais para a saúde mental e emocional.

Tabela 6: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

Pergunta 13: Você acha que a estrutura da escola é apropriada para estudantes com deficiência?	E1: “Não, não é apropriada e não tem sala do AEE e que deveria ter né uma sala própria para o atendimento do AEE, porque a gente costuma falar que a criança com deficiência ela tem o seu momento para aprender e quando tá em uma sala superlotada com várias outras crianças é difícil da criança PCD assimilar o que está sendo repassado, como por exemplo uma criança com TEA e tem um grau da hiperatividade e tem momentos que a criança não consegue assimilar devido a muito barulho” E2: “Não. Precisa muito mais. Muito mais. Precisa de uma escola de uma sala de AEE, precisa ter um acompanhante junto com o aluno. Tem alunos que precisam especificamente de ter um acompanhante só pra ele. Então, a gente trabalha com três alunos dentro da sala... não tem como a gente dar atenção pra todos os alunos, para os três alunos.” E3: “Com certeza, não. A gente tem uma aluna cadeirante e é uma grande dificuldade levá-la aos lugares. Ela fica o intervalo todo dentro da sala, ela não consegue sair pra fora e só sai se a gente a levar, porque a escola não tem rampas. Isso dificulta a locomoção dela dentro da escola e sem contar os riscos que a gente tem quando vamos levar ela, eu principalmente morro de medo de levar ela por conta que não tem rampas e pode correr o risco da cadeira virar, o corredor é cheio de buraco.”
---	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Compreende-se que a prática de solidariedade com a estudante cadeirante reflete a ausência de infraestrutura de Estado para com os estudantes do meio rural, que não possuem uma estrutura adequada e adaptada para se locomover na escola, e não possuem ônibus com toda acessibilidade como, por exemplo, rampas, elevadores e assentos reservados. Mas tendo em vista que em algumas escolas da zona urbana de Bragança possuem rampas de acessos, a busca e a luta por políticas públicas de inclusão e infraestrutura na escola Patalino requer mais

atenção da Secretaria de Educação e do Governo do Estado (SEDUC) no que diz respeito às escolas localizadas na zona rural da cidade.

E, mais uma vez, levantamos a questão da falta de uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que com toda certeza proporcionará uma qualidade de ensino significativa para os estudantes, com recursos de Tecnologia Assistiva (TA) que iria auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, promovendo maior autonomia com recursos que possibilitam a participação ativa destes estudantes nas atividades escolares.

Tabela 7: Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

15. Relate uma ou mais cenas em que você sentiu que ajudou a realizar uma prática efetivamente inclusiva.	E1: “A gente percebe no olhar do professor o ato de solidariedade, o ato de humanidade porque eu acho muito bacana a questão do professor XXX de ele se colocar para transportar a XXX todos os dias para a escola e isso é um ato de humanismo, porque qual outro professor faz isso agora? Na nossa sociedade, porque isso, dizia Paulo Freire, é um ato de esperar. Porque ele se dispõe todos os dias com a professora XXX e eu também, nós vamos buscá-la todos os dias na casa dela, trazemos para a escola e levamos de volta.” E2: “É... relatar uma prática... Eu promovi a inclusão, sim. Eu ajudei, comecei a ajudar um rapaz que ele não sabia ler. Então, ele começou a desenvolver a leitura com o passar do tempo. Ele começou a desenvolver o português, a matemática. Então, isso foi uma ajuda que eu me senti já dentro do meu âmbito como estagiária, já com a ajuda dele também e a ajuda de todos que estão ao nosso redor, né? Eu já consegui identificar isso. E ele tem um potencial muito grande de ir à frente, principalmente na matemática.” E3: “Quando comecei a trabalhar aqui, passei a incluir ele nos grupos, e ainda tem a exclusão dos próprios alunos porque eles não querem incluir um aluno com deficiência porque não conseguem fazer as mesmas coisas que eles, então ultimamente eu tenho trabalhado bastante isso, eles não escolhem mas eu coloco ele e o primeiro seminário que ele apresentou esse ano e ele ficou muito feliz, e ele falou que era o primeiro seminário dele...ele ainda fala bem pouco mas ele já consegue desenvolver a oralidade, e isso foi uma das coisas mais positivas que aconteceu.”
---	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

É perceptível que mesmo com a falta de estruturas físicas e formação continuada, as estagiárias do apoio escolar não medem esforços para que a prática inclusiva seja efetiva na escola, mesmo que pareçam gestos simples, mas fazem a diferença para estes estudantes como, por exemplo, a participação em um seminário que pode ser comum para uma pessoa

sem deficiência se transforma em um ato importante para nós pessoas com deficiência, nos traz um sentimento de pertencimento à turma, criação de vínculo e oportunidade de participação, escuta e protagonismo.

A participação de professores não só no processo de ensino e aprendizagem, mas em cada evolução dentro da escola, é essencial, pois percebemos que existem pessoas que vibram pelas nossas conquistas, isso está evidente na fala da E1 e E3 quando elas destacam a participação de dois professores da escola.

No entanto vivemos em uma sociedade extremamente individualista, que preza pela suposta normalidade a todo instante, isso enfraquece o senso de coletividade, empatia e solidariedade que são essenciais para o bem estar nas relações interpessoais, uma vez em que nossa condição basilar é a interdependência, perceber que ainda existem pessoas que torcem por conquistas faz acender a esperança de uma sociedade mais empática e igualitária que respeite as diferenças.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender os desafios e possibilidades de inclusão de estudantes com deficiência na Educação do Campo, especialmente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, localizada na zona rural de Bragança-PA. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que apesar das garantias legais que asseguram o direito à educação inclusiva, ainda existem barreiras que dificultam a efetivação desse direito e a permanência de estudantes com deficiência na escola.

As entrevistas com as estagiárias do apoio escolar evidenciaram a ausência de formação específica para atuar com estudantes com deficiência; a sobrecarga de responsabilidades atribuídas a essas estudantes em formação; e a precariedade da estrutura física da escola, que não possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e nem rampas para acesso à cadeirantes. Esses fatores comprometem não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também o bem estar e a permanência dos estudantes com deficiência.

Esta pesquisa me permitiu compreender profundamente sobre o capacitismo, mas também proporcionou afirmar, com coragem, que lutar contra esta forma de discriminação é lutar por dignidade, pertencimento e reconhecimento. Ser uma mulher com deficiência não me limita – me move. E ocupar espaços como este, escrevendo, pesquisando e compartilhando minha história e de outros estudantes com deficiência, é um dos meus

maiores orgulhos, porque nada foi em vão, desde as pesquisas como bolsista até aqui no meu trabalho de conclusão, escrever também é um sinal de resistência.

Dito isso, a minha experiência pessoal enquanto mulher, negra, amazônida, do campo e com deficiência visual, contribuiu para uma reflexão interseccional, ampliando o olhar sobre as múltiplas opressões que atravessam os corpos das pessoas com deficiência no campo. Com base no trabalho de autoras como Anahí Guedes de Mello, Camila Araújo Alves, Débora Diniz, Karla Akotirene, foi possível entender que a deficiência não é uma condição isolada, mas está profundamente conectada a outras dimensões sociais como gênero, classe, raça e território.

Portanto, esse trabalho reafirma a necessidade urgente de políticas públicas que contemplem efetivamente a inclusão educacional nas escolas do campo, com investimento na formação continuada para professores e estagiários do apoio escolar, infraestrutura acessível e valorização das identidades e vivências das pessoas com deficiência do campo. É imprescindível que a luta anticapacitista esteja atrelada às lutas pela educação do campo e pela justiça social, lutas que eu já participo como militante do movimento estudantil, garantindo que todos os estudantes tenham direito a frequentar a escola e, além do mais, que tenham condições adequadas de permanência para uma educação de qualidade, e que este trabalho sirva como convite à reflexão.

Diante do exposto, que mais estudantes possam chegar, permanecer e se sentir respeitados em todos os espaços. Que nossos corpos, saberes e vivências sejam reconhecidos como potentes e transformadores. Porque, como já dizia o patrono da educação brasileira, Paulo Freire “Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia” (FREIRE, 1992).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Camila Araújo. **Aqui pode cachorro**: histórias crip de uma mulher-cega-COM-cães-guias. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Pólen, 2019.

BERTUSSI, Débora Cristina et al. O CER que precisa ser: os desafios perante as vidas insurgentes. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. (**Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde**, v. 13).

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 249, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo**: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2002. p. 15-37. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: WAK, 2009.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. **Mulheres com deficiência**: garantia de direitos para exercício da cidadania. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sL0ONs2qtDIk4v8sNgCcUprg7/view?usp=drivesdk. Acesso em: 25 fev. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Federico Soriguer. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CURTA INICIANTE FORA DE FOCO. **Documentário Fora de Foco**. YouTube. 15 de março de 2025. Disponível

em: https://youtu.be/iy88vfAVFvI?si=v7J83tC11AqLOJK7&utm_source=ZTQxO. Acesso em: 13 de ago. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556>. Acesso em: 26 abr. 2025.

9. APÊNDICE

Apêndice I - Modelo de questionário para as entrevistas

1. Qual seu nome completo e idade?
2. Qual seu contato de email e whatsapp?
3. Você é estudante de qual curso? Está em qual período na faculdade? Em qual instituição você estuda? Há quanto tempo está realizando este estágio?
4. Quantas horas por dia você estagia e qual o valor da bolsa paga pelo governo do Estado?
5. Antes de iniciar este estágio, você participou de alguma disciplina na faculdade que tratasse do tema da educação inclusiva? Ou participou de algum projeto de pesquisa ou extensão?
6. Quando iniciou o estágio, o governo do estado ofereceu alguma formação? Que tipo de orientações você recebeu para atuar neste estágio por parte da secretaria de educação do governo do Pará até hoje?
7. A escola fez alguma formação de acolhimento aos estagiários? Na escola onde você atua, quantas crianças com deficiência são acompanhadas? E quantos estagiários atuam com você? Como é a dinâmica de interação entre vocês?
8. Os estagiários acompanham todos os alunos ou cada estagiário fica responsável por alguns? Caso sim, quantos você acompanha? E qual é o diagnóstico, a série e a idade destes estudantes que você acompanha?
9. A escola trata todos os estudantes com igualdade e respeito, mesmo que sejam diferentes? Como é a interação dos estagiários com os professores regentes das salas de aula?
10. Estudantes com deficiência recebem ajuda de algum profissional especializado na área de inclusão?
11. Ao longo do período do seu estágio você já participou de alguma atividade na escola que fale sobre respeito às diferenças ou inclusão?
12. Quais são os principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência para a inclusão na escola?
13. Você acha que a estrutura da escola é apropriada para estudantes com deficiência?
14. Você poderia relatar algum projeto de inclusão que tenha feito parte desde que começou a atuar nesta escola?
15. Relate uma ou mais cenas em que você sentiu que ajudou a realizar uma prática efetivamente inclusiva.

10. ANEXOS

Anexo I – Termo de autorização para realização da pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

À Direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, em Bragança- PA

Eu, Camilly Vitória Araújo dos Santos, estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Bragança, matriculada sob o número de registro 202158640035 venho por meio desta solicitar autorização para realizar uma pesquisa de campo na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino como parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser realizada com estudantes com deficiência e estagiários do apoio escolar no turno matutino. O tema da pesquisa é: **“Políticas inclusivas na interface com a educação do campo: desafios e possibilidades em uma escola de ensino fundamental e médio no nordeste paraense”**, orientada pela professora Dra Cristiane Bremenkamp Cruz. O estudo tem caráter qualitativo e exploratório, será conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes com deficiência e estagiários do Apoio Escolar no turno matutino.

As questões norteadoras do estudo tem como objetivos:

- Caracterizar a implementação das Políticas Públicas de Educação Especial no âmbito da Educação Inclusiva;
- Analisar a sua interface com/na Educação do Campo em uma escola pública estadual do campo, no contexto amazônico do nordeste paraense;
- Conhecer a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino em Bragança- PA;
- Destacar as mudanças ocorridas nos últimos cinco anos na escola no que tange às políticas e práticas de educação inclusiva, mapear os principais desafios enfrentados,

bem como acompanhar algumas pistas para a inclusão de estudantes do Ensino Fundamental com deficiência a partir do diálogo com autores que vem tendo essa preocupação desde uma perspectiva anticapacitista e interseccional.

Ressaltamos que todas as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e terão seu sigilo e anonimato garantidos, conforme as diretrizes éticas da pesquisa científica.

Agradeço a vossa colaboração,

A investigadora,

Bragança, 16 de Junho de 2025.

Conheço a investigação proposta e dou o meu consentimento nos termos aqui formulados.

Direção,

Direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino

Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar da pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“Políticas inclusivas na interface com a educação do campo: desafios e possibilidades em uma escola de ensino fundamental e médio no nordeste paraense”** desenvolvido pela discente Camilly Vitória Araújo dos Santos, do curso de Pedagogia da UFPA, orientada pela Prof^ª Dra Cristiane Bremenkamp Cruz. Afirmando que aceitei participar voluntariamente, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é construir a pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da referida discente sobre práticas inclusivas no contexto da Educação do Campo. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e seu orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento e sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Bragança - PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Assinatura do (a) orientador (a)